

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em julho de 2017, o Grupo Parlamentar do PCP, na sequência de uma reunião com a Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, questionou o Ministério da Cultura (pergunta n.º 4905/XIII/2.ª) sobre o Ribat da Arrifana, um convento-fortaleza muçulmano de meados do século XII, classificado como monumento nacional em 2013.

Descoberto em 2001, na Ponta da Atalaia, a norte da praia da Arrifana no concelho de Aljezur, este complexo muçulmano, único no país, que ocupa uma área de aproximadamente 2,5 hectares, foi objeto de campanhas arqueológicas que revelaram a existência de várias estruturas, entre as quais três mesquitas, uma madrasa, dependências dos monges-guerreiros e uma necrópole.

Na pergunta n.º 4905/XIII/2.ª, o Grupo Parlamentar do PCP denunciou o estado de abandono a que encontrava votado o Ribat da Arrifana e questionou o Ministério da Cultura sobre: i) aquisição ou expropriação dos terrenos onde se encontra localizado este monumento nacional, ii) apoios canalizados pelo Estado para os trabalhos arqueológicos realizados nesse local e programação desses trabalhos para o futuro próximo e iii) musealização do espaço.

Na sua resposta, relativamente à aquisição ou expropriação do terreno, o Ministério da Cultura informou que a Direção Regional de Cultura do Algarve tinha proposto, em 2014, «a aquisição para o Estado Português da totalidade do imóvel (na posse de particulares na parte não abrangida pelo Domínio Público Marítimo)», que, em 2017, esta Direção Regional tinha obtido «da Conservatória do Registo Predial de Aljezur a identificação dos proprietários titulares dos prédios correspondentes aos artigos matriciais», e que tinha sido solicitado à Agência Portuguesa do Ambiente «o reconhecimento da propriedade privada ou a rigorosa delimitação daquela cartografia, com indicação das áreas de propriedade particular e de Domínio Público Marítimo». Tudo isto «com vista a desencadear o procedimento de aquisição por via direito privado (e, se necessário, ulterior procedimento de expropriação)».

Enquanto o processo acima descrito se desenvolvia de forma exasperantemente lenta, o Ribat da Arrifana ia-se degradando!

Sobre os trabalhos arqueológicos, na sua resposta ao PCP, o Governo informou aquilo que já se sabia, ou seja, *«realizaram[-se] várias campanhas de trabalhos arqueológicos no Ribat da Arrifana, com apoios financeiros de diversas entidades nacionais e internacionais e o amparo logístico da Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur»*, mas nada disse sobre futuros trabalhos arqueológicos.

Por fim, no que diz respeito à musealização do espaço, disse o Governo que *«a criação de infraestruturas que possibilitem a fruição pública do sítio arqueológico encontra pela frente os condicionalismos que advêm da titularidade do imóvel, que é propriedade privada e também da sua localização em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, que restringem as soluções de combate à vegetação [...] e a construção no local de estruturas de proteção e de trilhos de visita»*.

Ou seja, o Governo, em vez de encontrar soluções para ultrapassar os obstáculos, lamentou-se da existência desses obstáculos!

Desde o questionamento do PCP passou mais de um ano.

Entretanto, a Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur denunciou junto do Grupo Parlamentar do PCP que o Ribat da Arrifana está *«completamente ao abandono e a necessitar de trabalhos de limpeza, desmatção, consolidação e restauro, criação e renovação das estruturas de proteção existentes, colocação de informação sobre o local arqueológico»* e que *«lamentavelmente, este Monumento Nacional, visitado por muitos curiosos e interessados pela História e Arqueologia, está a ser alvo de ataques constantes, que em nada dignificam a sua importância histórica e turística»*.

Hoje, no âmbito do debate na especialidade do Orçamento do Estado para 2019, o Grupo Parlamentar, não se resignando com o abandono a que está a ser votado tão importante monumento nacional, questionou a Ministra da Cultura sobre o Ribat da Arrifana e as intervenções aí previstas.

Na sua resposta, a Ministra da Cultura nada de concreto adiantou.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se que o Governo, por intermédio do Ministério da Cultura, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Desde julho de 2017 (altura em que o PCP dirigiu ao Governo a pergunta n.º 4905/XIII/2.^a), que diligências foram realizadas pelo Ministério da Cultura para a aquisição ou expropriação dos terrenos onde se encontra localizado o Ribat da Arrifana? Quando prevê o Governo que esse processo esteja concluído? Que verbas existem no Orçamento do Estado de 2019 para esse fim?
2. Que medidas irão ser tomadas, com urgência, para a limpeza e desmatção do sítio arqueológico do Ribat da Arrifana, assim como para a sua consolidação e restauro, e ainda para a renovação das estruturas de proteção existentes?
3. Que apoios serão canalizados pelo Ministério da Cultura, em 2019, para o prosseguimento dos trabalhos arqueológicos no Ribat da Arrifana? Qual a programação desses trabalhos num futuro próximo?

4. Que medidas concretas foram tomadas para ultrapassar os obstáculos à fruição pública do Ribat da Arrifana, referidos pelo Ministério da Cultura na resposta à pergunta n.º 4905/XIII/2.^a do PCP?
5. Que estruturas serão construídas no local no âmbito da musealização do Ribat da Arrifana? Quando prevê o Governo a conclusão dessas estruturas e a sua abertura ao público?

Palácio de São Bento, 6 de novembro de 2018

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)